147ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ata da centésima quadragésima sétima reunião ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência e Assistência Social do Servidor Público do Município de Petrópolis – INPAS. Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e trinta minutos, no Gabinete da Presidência do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Petrópolis, sito à Rua Dr. Alencar Lima, 35, salas 112/114 – Centro – Petrópolis/RJ, reuniram-se os seguintes membros deste Regime Próprio de Previdência Social: a) Chefe da Divisão de Contabilidade, senhora Lucimar da Glória Gomes, Presidente deste Comitê; b) Gestora Previdenciária, senhora Adriana Catarina da Costa, Secretária deste Comitê; c) Gestora Previdenciária, senhora Carla Cristina Correia Maduro Vogas Tavares; d) Gestora de Investimentos, senhora Michele Schiffler Forster; e) Diretor-Presidente, senhor Alex Christ; f) Diretor Financeiro, senhor Leonardo Taboada. Registra-se que a senhora Claudia Miranda do Nascimento encontra-se em gozo de férias. Com esta composição, iniciou-se a referida reunião para atendimento à pauta do dia, que teve a seguinte ordem: 1) Leitura da ata da 146ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos; 2) Análise do cenário macroeconômico, bem como expectativas de mercado; 3) Apresentação do fluxo de caixa; 4) Avaliação dos investimentos que compõem o patrimônio dos diversos segmentos de aplicação; 5) Proposições de investimentos/desinvestimentos; 7) Assuntos Gerais. A Presidente do Comitê iniciou a reunião perguntando à gestora Carla, que atuou como Secretária *ad hoc* na reunião anterior, se disponibilizou a ata aos membros e se estaria aprovada. Ela mencionou que a senhora Michele fez uma correção na fala desta Secretária, Adriana, que a princípio se absteve de votar sobre a integralização do investimento em Letras Financeiras, explicando que necessitaria de maiores informações sobre. Desta fala, o senhor Alex reforçou a questão de abstenção de voto levantada na reunião anterior no sentido de que os membros do Comitê não devem se abster de votar, salvo por questões legais de impedimento, e que vai verificar a possibilidade de regulamentar formalmente por ato normativo. Foi apresentado, também, o Parecer do mês de maio, enviado pela Gestora de Investimentos, e ambos os documentos – Ata e Parecer – foram aprovados. Dando prosseguimento, passou a palavra à Gestora de Investimentos, que procedeu à análise do cenário econômico. Foi feita, então, a leitura do relatório Nossa Visão do dia 15 de julho de 2025, conforme segue: "No Brasil, a inflação medida pelo IPCA subiu 0,24% em junho, levemente acima das expectativas do mercado, acumulando 2,99% no ano e 5,35% em 12 meses, acima do teto da meta. O principal responsável pelo aumento foi a energia elétrica, que subiu 2,96% no mês, puxada principalmente pela bandeira tarifária vermelha. Por outro lado, o grupo alimentação e bebidas apresentou queda com a redução dos preços do arroz, ovos e frutas. Nos outros grupos, Transportes também registrou alta apesar da queda nos combustíveis. Serviços em geral aceleraram em junho. Ainda sobre o Brasil, nessa semana, o governo dos

Estados Unidos através de um comunicado publicado pelo presidente Donald Trump, informou que as exportações brasileiras destinadas ao mercado norte americano sofreriam uma taxação de 50% para acessar o mercado da população americana. Como efeito imediato, algumas empresas brasileiras que possuem como principal comprador, os Estados Unidos, sentiram os efeitos ao verem as projeções futuras se tornarem imprecisas. Na Ásia, a inflação ao consumidor da China referente ao mês de junho subiu 0,1% na janela de 12 meses, após três meses de queda, impulsionada por estímulos ao consumo e menor tensão comercial com os EUA dado avanços e reduções tarifárias em relação aos patamares anteriores acima dos 100%. Itens não alimentares registraram leves altas, enquanto os preços dos alimentos caíram em ritmo mais brando. O núcleo da inflação avançou para 0,7%, a maior em 14 meses, mas os preços no mês ainda recuaram 0,1%. De volta aos Estados Unidos, a ata da última reunião de política monetária do FOMC, reiterou que a equipe avaliou que a economia dos EUA continua crescendo de forma sólida, com o mercado de trabalho mantendo-se forte e o desemprego em nível baixo, embora a inflação ainda esteja acima da meta. Apesar da redução de incertezas, especialmente com o recuo das tarifas no momento da reunião, os riscos à economia seguem presentes. Dado os fatos apresentados, o Comitê optou pela manutenção da taxa de juros entre 4,25% e 4,5%, destacando que futuras decisões dependerão da evolução dos dados econômicos e do equilíbrio de riscos. O compromisso com o pleno emprego e a meta de 2% de inflação foi reafirmado. Na agenda econômica da semana, na segunda feira, dados do IBC-Br de maio, indicador antecedente do PIB brasileiro, e a leitura do PIB da segunda semestre da China, serão divulgados. Na terça feira, a publicação será dos índices de inflação ao consumidor referente ao mês de junho dos Estados Unidos, seguido pela inflação ao produtor, também dos Estados Unidos, na quarta. Na quinta, a inflação ao consumidor de junho da Zona do Euro também será divulgada. Com a piora da conjuntura econômica doméstica e a elevação da exigência do prêmio de risco pelo mercado em relação aos ativos emitidos domesticamente, as pontas longuíssimas da curva de juros se encontram com altíssima volatilidade, o que pode trazer risco demasiado e perdas financeiras para os RPPS, e que por isso recomendamos diminuição gradativa em fundos atrelados ao IMA-B5+. Outrora, enxergamos que o fechamento da ponta longa da curva pode trazer ganho para o RPPS, por isso recomendamos o retorno de alocação para ativos vinculados ao IMA-B e IMA-Geral no que representar até 5% da carteira. Entendemos que exposições sobrealocadas em durations mais longas podem trazer mais riscos. Sob a mesma lógica, como a Selic deve se manter em patamar elevado por mais tempo, além da volatilidade dos ativos de longuíssimo prazo, os fundos de Gestão Duration devem encontrar maior dificuldade de entregar prêmios acima dos ativos livre de risco do mercado, e portanto, recomendamos a redução gradativa da exposição até que enxerguemos maiores condições de alfa para este modelo estratégico. Adicionalmente, recomendamos uma exposição de até 15% para fundos de investimento de média duration, em especial, em ativos pós fixados atrelados à variação da inflação, como o IDKA IPCA 2A e o IMA-

B 5. Dado o ambiente de incerteza sobre o teto da Selic, recomendamos cautela em relação a ativos prefixados como IRF-M e IRF-M 1+ por estes possuírem potencial de desvalorização devido a marcação a mercado. Corroborando ao exposto, dado ao patamar mais elevado da taxa básica de juros, recomendamos exposição de até 20% em ativos pós fixados atrelados a taxa de juros, principalmente o CDI, que deve trazer retornos consideráveis para os RPPS nos próximos meses. Para complementar a diversificação da carteira em renda fixa, é recomendado a aquisição de títulos emitidos por instituições financeiras, principalmente as letras financeiras, dado que estes ativos costumam oferecer prêmios que ultrapassam as metas de rentabilidade dos RPPS, desde que claro, sejam considerados de baixo risco de crédito e das melhores instituições classificadas no mercado. Recomendamos até que a exposição atinja 20% do portfólio do RPPS. Quanto a recomendação relacionada a renda variável doméstica, ainda que o cenário de juros elevados e incertezas políticas tragam risco e volatilidade para o segmento, cenários de correção de preços em renda variável abrem janelas de oportunidade para investidores de longo prazo, como os RPPS. Portanto, a nossa recomendação de 20% de exposição no segmento se mantém, porém sugerimos a entrada de maneira gradual para a efetivação do preço médio. Com relação aos fundos estruturados, como os Multimercados e Imobiliários, recomendamos exposição de até 5% em cada um, porém abrimos parênteses que para os fundos Multimercado, recomendamos dividir a exposição em Multimercado doméstico (2,5%) e Multimercado exterior (2,5%), totalizando os 5% sugeridos. No mercado global, o destaque continua sendo a economia americana, que para 2025 é projetado crescimento econômico acima do potencial. Contudo, por conta de maior dinamismo econômico, inflação em patamar ainda um pouco acima da meta, e incertezas econômicas futuras, os juros devem ficar um pouco mais altos do que o inicialmente projetado, trazendo força para a moeda americana. No ambiente de investimentos, sugerimos exposição de até 10% no segmento de exterior, também sob entradas cautelosas e gradativas para construção de preço médio. Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão". A carteira consolidada de investimentos do INPAS no mês de junho foi de R$ 7.281.404,66. Desse valor, R$ 3.804.548,15 (52,25%) estão sob a gestão do Itaú Asset; R$ 2.245.796,90 (30,84%) do Santander Asset Management; R$ 880.836,71 (12,10%) sob a gestão do Banco J Safra e R$ 350.222,90 (4,81%) sob gestão da BB DTVM. A carteira de investimentos do INPAS possui 100% em renda fixa e aderência à Política de Investimentos, devidamente enquadrada à Resolução CMN nº 4.963/2021. O retorno dos investimentos no mês de junho, nesse segmento de Renda Fixa foi o seguinte: IMAB-5 FIF Itaú: 0,43%; CDI Itaú: 1,06%; CDI Santander: 1,03%; Santander Ativo FIC: 1,22%; IDKA2 FIC Itaú: 0,22%; IRFM1 Santander: 1,05%; IRFM1 Itaú: 0,86%; IRFM1 FIC BB: 1,03%; e o IMA-B

SAFRA 1,14%. O atingimento da meta atuarial acumulada de janeiro a junho foi de 121,08%. O retorno dos investimentos foi de R$66.218,71. Esta Secretária pediu a palavra e questionou à Gestora de Investimentos, senhora Michele, o por quê de no mês de abril os resgates somarem R$1.022.795,45 e no mês de maio R$10.467.807,94. O senhor Alex respondeu que como o município não realizou os repasses, foi necessário desaplicar para pagamento da folha. Em seguida, disse que a diferença entre o saldo no mês de junho (R$7.281.404,66) e os resgates no mesmo mês (R$410.000,00) são o valor referente à Taxa de Administração utilizada para cobertura da folha de inativos e pensionistas, e que o município irá ressarci-la. O senhor Alex, então, questionou esta Secretária se não havia recebido esta informação por email. Esta explicou que, na reunião anterior, já havia apontado que não tem o acesso ao email do Comitê de Investimentos, situação que não teve alteração, e que o email adriana@inpas.rj.gov.br estava apresentando *bugs,* comunicados à DTI. Questionada sobre o envio de um Relatório à senhora Diretora de Previdência, referente ao Processo Administrativo nº 1863/2023, esta Secretária explicou que o envio se deu por meio de seu email pessoal e não pelo institucional, repetindo novamente que este não estava funcionando. A senhora Michele explicou que não tinha esses valores discriminados ali, razão pela qual esta Secretaria solicitou que seja apresentado na próxima reunião. Solicitou, ainda, que o valor total das aplicações e resgates seja apresentado, no relatório da carteira de investimentos, por Massa Financeira, Massa Previdenciária e Taxa de Administração. A senhora Michele disse não saber se é possível. O senhor Alex disse que não é previsto em contrato com a prestadora de serviços junto a este Instituto, a Crédito&Mercado. O senhor Alex questionou como foi utilizada a Taxa de Administração no final da gestão passada para pagamento da folha de inativos e pensionistas. Esta Secretária explicou que não estava presente, já que esteva cedida, mas que, *sic,* o CMPP foi reunido e deliberou positivamente acerca da utilização. O senhor Alex, então, questionou a este Comitê se os valores da Massa Financeira contam para o atingimento da Meta Atuarial. A senhora Michele disse não ter certeza sobre essa informação. O senhor Alex disse que irá consultar o Ministério da Previdência sobre tal assunto. O senhor Alex questionou o destino que pode ser dado à possível sobra da Taxa de Administração. A senhora Lucimar disse que pode ser para o fundo financeiro ou previdenciário. Disse, também que a sobra dos valores destinados à Taxa de Administração deverão ser devolvidos ao cofre da Previdência e poderão servir para custear folha de pagamento dos inativos, desde que o valor seja disponibilizado como crédito orçamentário para que seja autorizado pelo orçamento para registrar. Passando para análise da movimentação do FASSE, o saldo final do mês de junho somou R$ 222.264,76. Não foram feitas aplicações nem resgates e os rendimentos totalizaram R$1.932,97. Quanto ao item 5, proposições de investimentos e desinvestimentos, não há valores disponíveis para aplicação nem sugestões de desinvestimentos. A senhora Michele informa que haverá, no início de agosto, um valor de aproximadamente R$500.000,00 para aplicação, sugerindo que se faça em Letras Financeiras. Quanto ao valor para aplicação,

ficou previamente decidido R$150.000,00, mas como não há certeza dos valores disponíveis, o Comitê optou por decidir em reunião extraordinária quando o recurso estiver disponível. Antevendo o restante do valor, o Comitê decidiu, por unanimidade, pela abertura de fundo benchmark DI na Caixa Econômica Federal, tendo em vista os limites estabelecidos por Instituições bancárias e o fato de o INPÀS não possuir esta aplicação nesta Instituição. Em assuntos gerais, a senhora Presidente informou que a Instituição SICRED, tanto Cooperativa quanto Confederação procederam credenciamento junto ao Instituto, pelos Processos Administrativos nº 1165/2025 e 1167/2025, e que a empresa Crédito&Mercado realizará o cadastramento. No entanto, os referidos processos deverão passar pela análise deste Comitê antes de tal cadastramento. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente encerrou a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, cuja Ata segue lavrada por mim, Adriana Catarina da Costa, secretária deste Comitê, que a submeterei à aprovação dos demais membros e devidamente colherei suas assinaturas.

Lucimar da Glória Gomes
Chefe da Divisão de Contabilidade
Presidente do Comitê

Adriana Catarina da Costa
Gestora Previdenciária
Secretária do Comitê

Leonardo Taboada
Diretor Financeiro

Carla Maduro Vogas Tavares
Gestora Previdenciária

Michele Schiffler Forster
Gestora de Investimentos

Alex Vinicius de Souza Christ
Diretor Presidente

PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Competência de Junho de 2025

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. ANEXOS
3. ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO
4. EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
5. ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS
   - 5.1. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA
   - 5.2. RETORNO SOBRE OS INVESTIMENTOS
   - 5.3. DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
   - 5.4. RETORNO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS VERSOS A META DE RENTABILIDADE
   - 5.5. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL
   - 5.6. RETORNO DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES
   - 5.7. AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR
6. ANÁLISE DE RISCO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS
   - 6.1. RISCO DE MERCADO
   - 6.2. RISCO DE CRÉDITO
   - 6.3. RISCO DE LÍQUIDEZ
7. ANÁLISE DE CARTEIRA POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS
8. ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS
9. PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO
10. PLANO DE CONTINGÊNCIA
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. INTRODUÇÃO

Na busca por uma gestão previdenciária de qualidade e, principalmente, no que diz respeito às aplicações dos recursos, elaboramos o parecer de deliberação e análise, promovido por este Comitê de Investimentos.

Foi utilizado para a emissão desse parecer o relatório de análise completa da carteira de investimentos fornecido pela empresa contratada de Consultoria de Investimentos, onde contempla: carteira de investimentos consolidada; enquadramento perante os critérios da Resolução CMN nº 4.963/2021 e suas alterações; retorno sobre os investimentos; distribuição dos ativos por instituições financeiras; distribuição dos ativos por subsegmento; retorno da carteira de investimentos versus a meta de rentabilidade; evolução patrimonial e retorno dos investimentos após as movimentações.

2. ANEXOS

Relatórios	Anexos
Panorama Econômico – Junho/2025	ANEXO I
Relatório Analítico dos Investimentos	ANEXO II
Balanço Orçamentário	ANEXO III
Parecer Técnico LF	ANEXO IV

3. ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO

Panorama, fornecido pela Consultoria de Investimentos, disponível em anexo.

4. EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Acompanha este parecer, na forma do ANEXO III, o balanço orçamentário de **Junho de 2025,** que demonstra as contribuições repassadas, em conformidade com a legislação vigente.

As receitas patrimoniais estão sendo lançadas em Variação Patrimonial Aumentativa -VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD, sendo que só é lançada a receita patrimonial orçamentária quando o resgate do investimento é efetivado.

5. ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

5.1. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA

A carteira de investimentos do RPPS está alocada com **100%** dos seus investimentos no segmento de renda fixa, não ultrapassando os limites permitidos pela Resolução CMN n°4.963/2021.

O INPAS conquistou o Nível I da Certificação Institucional Pró-Gestão, em 04 de fevereiro de 2024.

Enquadramento da Carteira de Investimentos por Segmento

Segmentos	Enquadramento Resolução CMN nº 4.963/2021	Enquadramento pela PI
Renda Fixa	Enquadrado	Enquadrado
Renda Variável (Estruturado – Fundo Imobiliário)	Não possui	Não possui

Ao analisarmos o enquadramento da carteira de investimentos por segmento, segundo os limites permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Política de Investimentos aprovada para o exercício, informamos que não houve desenquadramento.

Enquadramento da Carteira de Investimentos por Subsegmento

Segmentos	Enquadramento Resolução CMN nº 4.963/2021	Enquadramento pela PI
Renda Fixa	Enquadrado	Enquadrado
Renda Variável e Estruturado	Não possui	Não possui

Ao analisarmos o enquadramento da carteira de investimentos por subsegmento, segundo os limites permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Política de Investimentos aprovada para o exercício, informamos não haver desenquadramento,

Enquadramento da Carteira de Investimento por Fundo de Investimentos

Segmentos	Enquadramento da Resolução CMN nº 4.963/2021 por Fundo de Investimentos
Renda Fixa	Enquadrado
Renda Variável e Estruturado	Não possui

Ao analisarmos o enquadramento da carteira de investimento por segmento e fundo de investimentos, segundo os limites permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021, informamos que não houve desenquadramento.

5.2. RETORNO SOBRE OS INVESTIMENTOS

Considerando os retornos apresentados pelos fundos de investimentos, podemos identificar que no mês de referência nenhum fundo obteve retorno negativo.

Os fundos de investimentos classificados como renda fixa apresentaram, no mês, um retorno de **0,92%,** representando uma valorização de **R$ 66.218,71 (sessenta e seis mil, duzentos e dezoito reais e setenta e um centavos).**

5.3. DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os fundos de investimentos que compõe a carteira de investimentos do RPPS, tem como prestadores de serviços de Gestão e Administração os seguintes:

Gestão			
Gestão	Valor	% s/ Carteira	% s/ PL Gestao
ITAÚ ASSET MANAGEMENT	3.804.548,15	52,25%	0,00%
SANTANDER BRASIL ASSET MANAGEMENT	2.245.796,90	30,84%	0,00%
BANCO J. SAFRA S/A	880.836,71	12,10%	0,00%
BB GESTÃO E RECURSOS DTVM	350.222,90	4,81%	0,00%

Administração			
Administração	Valor	% s/ Carteira	PL RPPS x PL Global
ITAÚ ASSET MANAGEMENT	3.804.548,15	52,25%	Não Disponível
SANTANDER BRASIL ASSET MANAGEMENT	2.245.796,90	30,84%	Não Disponível
BANCO J. SAFRA S/A	880.836,71	12,10%	Não Disponível
BB GESTÃO E RECURSOS DTVM	350.222,90	4,81%	Não Disponível

5.4. RETORNO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS VERSOS A META DE RENTABILIDADE

O retorno acumulado no período superou sua meta de rentabilidade.

No mês obtivemos um retorno de **0,92%** e a meta de rentabilidade deste referido mês foi **0,63%.** O retorno acumulado no exercício até o mês de referência é de **6,59%** e representa **121,08% de atingimento de meta atuarial**. A meta acumulada no ano até o fechamento do mês é de **5,44%.**

5.5. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

No mês anterior ao de referência, o RPPS apresentava um patrimônio líquido de **R$6.636.422,10 (seis milhões, seiscentos e trinta e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e dez centavos).**

No mês de referência, o RPPS apresenta um patrimônio líquido de **R$ 7.281.404,66 (sete milhões, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e quatro reais e sessenta e seis centavos).**

O valor demonstra um aumento patrimonial no valor de R$ 644.982,56 (seiscentos e quarenta e quatro mil, novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

5.6. RETORNO DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES

No mês de referência, houve movimentação financeira na importância total de:

- R$ 988.763,85 em aplicações e
- R$ 410.000,00 em resgates.

Em se tratando do retorno mensurado no mesmo período de referência, o montante apresentado foi de:

- R$ 66.218,71 retorno da carteira de investimentos no total, equivalente a 0,92% no mês.

5.7. AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR

37/2025	05.164.356/0001-84	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	30/05/2025	Resgate	2.199.904,67
36/2025	02.224.354/0001-45	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	30/05/2025	Resgate	2.208.272,17
34/2025	08.703.063/0001-16	ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	30/05/2025	Resgate	1.500.000,00
35/2025	08.703.063/0001-16	ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	30/05/2025	Resgate	1.068.074,37
33/2025	00.832.435/0001-00	ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	30/05/2025	Resgate	2.006.177,23
32/2025	16.617.446/0001-08	SAFRA SMALL CAP PB FIC AÇÕES	29/05/2025	Resgate	349.645,62
31/2025	08.703.063/0001-16	ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	29/05/2025	Resgate	350.000,00

30/2025	00.832.435/0001-00	ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	29/05/2025	Aplicação	27.000,00
29/2025	00.832.435/0001-00	ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	29/05/2025	Aplicação	350.000,00
28/2025	08.703.063/0001-16	ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	27/05/2025	Resgate	360.000,00
27/2025	08.703.063/0001-16	ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	21/05/2025	Aplicação	375.733,88
26/2025	08.703.063/0001-16	ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	19/05/2025	Resgate	50.000,00
25/2025	08.703.063/0001-16	ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	19/05/2025	Resgate	375.733,88
24/2025	02.224.354/0001-45	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	09/05/2025	Aplicação	244.850,93
23/2025	08.703.063/0001-16	ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	08/05/2025	Aplicação	1.450.000,00
22/2025	08.703.063/0001-16	ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	08/05/2025	Aplicação	590.000,00

6. ANÁLISE DE RISCO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A análise de risco feita, contempla as diretrizes traçadas na Política de Investimentos aprovada para o exercício de 2025, sendo obrigatório exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos, sendo eles: risco de mercado, de crédito e de liquidez.

6.1. RISCO DE MERCADO

Observa-se que o resultado do VaR referente a carteira de investimentos é **0,43%** para o mês de referência.

No que diz respeito ao resultado do VaR referente ao segmento de renda fixa, o valor também é de **0,43%,** pois os recursos do INPAS, no momento então aplicados em sua totalidade em renda fixa.

Com o resgate do Fundo Safra Small Cap, o INPAS enquadrou o limite de risco o qual foi excedido nos três últimos meses, devido ao cenário econômico internacional.

O VaR apresentado referente ao segmento de renda fixa está em conformidade com a estratégia de risco traçada na Política de Investimentos de 2025, onde ficou estabelecido os limites de **0,72%** para a Renda Fixa e **6,50%** para o segmento de Renda Variável.

Os riscos estão sendo monitorados mensalmente.

6.2. RISCO DE CRÉDITO

O RPPS possui fundos de investimentos em sua carteira. Esses fundos estão em conformidade com as normas vigentes.

6.3. RISCO DE LÍQUIDEZ

A carteira de investimentos possui liquidez imediata de **100%** para auxílio no cumprimento das obrigações do RPPS.

7. ANÁLISE DE CARTEIRA POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

Não foi solicitada a análise da Carteira no mês de referência pelo RPPS à Consultoria de Investimentos contratada.

8. ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

Foi entregue no dia 11 de Junho o Parecer Técnico sobre Letra Financeira, solicitado no mês de maio.

9. PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO

Foram protocolados no INPAS os processos 1165 e 1167/2025.

10. PLANO DE CONTINGÊNCIA

De acordo com as informações acima, não se faz necessária a instauração de processo de contingência.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O INPAS, através do seu comitê de investimentos e com a consultoria da empresa Crédito e Mercado, tem adotado uma estratégia conservadora, com o intuito de proteger ao máximo a carteira do INPAS. No cenário atual de juros elevados e cenário internacional extremamente agitado por guerras e competição tarifária, entre outros motivos, o INPAS aumentou a sua exposição em fundos CDI por terem menor risco e retorno atrativo pela alta da SELIC.

Este parecer foi elaborado pela gestora dos investimentos e previamente disponibilizado aos membros do Comitê de Investimentos para análise e comentários. Em relação à carteira de

investimentos do RPPS e à manutenção dos percentuais de alocação, estas foram feitas de acordo com a orientação e acompanhamento da consultoria de investimentos.

Destaca-se que não foram encontrados óbices nas informações lançadas neste documento. Por isso, este parecer é encaminhado com uma análise favorável dos membros do Comitê de Investimentos para ser aprovado pelo Conselho Fiscal.

Adriana Catarina da Costa
Gestora Previdenciária
Matrícula nº 1158-4
CRA-RJ 20-74348-2

Michele Sobrinho
Gestora de Investimentos
Matrícula 1061-8

Carla Cristina C.M.V. Tavares
Gestor Previdenciário
Chefe da DCF
Matrícula 1164-9

31186

Leonardo Ary Ribeiro Taboada
Diretor Financeiro
Matrícula 3126-7

Claudia Miranda do Nascimento
Chefe da Divisão de Tesouraria
Matrícula 1140-1

Lucimar da Gloria Gomes
Chefe da Divisão de Contabilidade
CRC/RJ 085600/0-7
Matr. 1031-6